

As divergências com os credores

Dívida Externa

GAZETA MERCANTIL

17 FEV 1986

por Paulo Sotero
de Washington

As negociações para a finalização dos termos do acordo de renegociação parcial da dívida externa não puderam ser concluídas na última sexta-feira.

As divergências que forçaram a continuação das conversas — que serão retomadas apenas na terça-feira, pois segunda é feriado nos Estados Unidos — estão centradas nos dois únicos pontos que ainda não haviam sido resolvidos nos dez dias de conversações: o nível do "spread" (taxa de risco cobrada acima da taxa interbancária de Londres) e a questão da jurisdição dos contratos do acordo, que o Brasil quer retirar dos tribunais de Nova York e colocar sob arbitragem internacional, para preservar a soberania do País.

No início da tarde de sexta-feira, já convencido de que não daria para fechar o acordo nesse dia, o diretor da Dívida Externa do Banco Central, Antônio de Pádua Seixas, que comanda a equipe de nego-

ciadores brasileiros, mandou cancelar as reservas que tinha para voltar ao Brasil e providenciou dinheiro para passar mais alguns dias em Nova York. Dos cinco membros de sua equipe, apenas um, Antônio Carlos Monteiro, do Departamento de Fiscalização e Registro de Capitais Estrangeiros do BC, regressou ao Brasil.

De acordo com uma fonte financeira familiarizada com as negociações, até quinta-feira, com exceção das questões da jurisdição e do "spread", todos os demais detalhes do pacote já haviam sido acertados. A expectativa em relação ao "spread" "é de que o Brasil comece com um lance baixo, os bancos respondam com um lance alto e se busque, a partir daí, uma solução intermediária satisfatória a ambos", disse a fonte, na noite de quinta-feira.

O banqueiro acrescentou, contudo, que as negociações, que haviam ido bem até então, poderiam engasgar se o governo brasileiro insistisse em mudar o foro legal para solução de controvérsias. "Sobre isso,

não há conversa, e se o Seixas fincar o pé não sai acordo", afirmou.

Horas antes, funcionários categorizados do Ministério da Fazenda haviam declarado em Brasília que os negociadores brasileiros insistiriam "fortemente" na mudança da jurisdição dos contratos.

O banqueiro disse ainda que a questão da Resolução nº 63 (sobre os bancos Comind, Auxiliária e Maisonnave) não é tema de discussão nesta fase. Mas que se não houver solução para o problema a poderá complicar-se a "venda" do acordo aos bancos.

O fato de não terem sido encerradas as negociações na sexta-feira passada não deve ter maiores consequências, pois os bancos e as autoridades brasileiras ainda têm um mês inteiro de prazo para negociar. O porta-voz do Ministério da Fazenda, Marco Antônio Diniz Brandão, informou na noite de sexta-feira, em Brasília, que não há impasse nas negociações e que elas continuarão normalmente, sem prazo para terminar.